

# AREALIDADE SERÁ, POR ACASO, ALGUMA COISA EM QUE DEVEMOS ACREDITAR? BRUNO LATOUR DÁ NOTÍCIAS DAS TRINCHEIRAS DAS GUERRAS DA CIÊNCIA

*Maria Lúcia Castagna Wortmann*

Latour, Bruno. *A esperança de Pandora*. Bauru: EDUSC, 2001. 370 p. ISBN 85-7460-062-8. (traduzido por Gilson César Cardoso de Sousa).

Neste livro, dedicado a Shirley Strum, Donna Haraway e Steve Glickman (e a seus babuínos, *cyborgs* e hienas), Bruno Latour aborda, mais uma vez, temas controversos a partir do campo dos *Science Studies*<sup>1</sup> no qual localiza os estudos que têm desenvolvido.

Valendo-se de títulos instigantes tanto para nomear o livro quanto para apresentar os capítulos e seções, recorrendo abundantemente às metáforas e à ironia, colocando questões (tal como a que utilizei para introduzir este comentário sobre seu livro), contando e recontando histórias de episódios da ciência, invocando mitos, como o de Dédalo, bem como recorrendo ao diálogo *Gorgias* de Platão, Latour localiza os *Science Studies* como um programa investigativo totalmente novo, que redireciona as discussões conduzidas sobre a ciência e o conhecimento científico na contemporaneidade.

A Latour interessa, neste livro, fazer esclarecimentos sobre tais *Estudos* e, mais especialmente, mapear o que considera como equívocos cometidos por aqueles a quem chama genericamente de “os guerreiros da ciência”, grupo no qual certamente inclui os cientistas que participaram do episódio conhecido como o “caso Sokal”, nas críticas endereçadas aos *Science Studies*.

Muitos são os pontos sobre os quais o autor se detém ao longo dos dez capítulos que integram o livro. No entanto, duas questões perpassam constantemente as discussões nele conduzidas e essas dizem respeito à utilização de termos como “construção” e “fabricação” nos *Estudos de Ciência* – termos que, como destaca Latour, enfurecem os “guerreiros da ciência”; e à forma como se lida nesses *Estudos* com o mito do progresso científico.

<sup>1</sup>Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil.

<sup>1</sup>Cabe referir que essa é a expressão empregada no texto original publicado em inglês cujo primeiro capítulo está disponível no *site* do autor. Traduzi-la como “estudos científicos”, como consta na versão em português, não parece ser adequado por acrescentar mais uma denominação a esse campo de estudos já referido de tantas formas diferentes. Alfredo Veiga-Neto e eu temos utilizado em nossos trabalhos a expressão “Estudos de Ciência” para referi-lo.

Latour aborda essas questões já no primeiro capítulo do livro, no qual também narra sua surpresa frente a perguntas que lhe foram dirigidas por um eminente colega psicólogo que encontrou num congresso realizado em Teresópolis, Rio de Janeiro, Brasil, no qual ambos eram convidados da *Wenner-Grenn Foundation*. As perguntas que o intrigaram foram: “você acredita na realidade?”; “a ciência é cumulativa?”. A tal estranhamento somou-se, ainda, o advindo da categorização em *cientistas* e *estudiosos da ciência* utilizada na organização das participações no já referido congresso.

Latour foi incluído entre os *estudiosos da ciência*, mas como ele também se considera um *cientista*, tal enquadramento o desconcertou. Aliás, ele atribui ter vivido tais situações às “suspeitas” instauradas sobre a natureza dos *Science Studies* a partir da chamada “guerra das ciências”.

Contraopondo-se a essas suspeitas, Latour destaca que entre os importantes efeitos que os *Estudos de Ciência* têm tido sobre a ciência estão os de acrescentar-lhe *realidade* e *objetividade*. Como o autor afirma, ao invés de lidar-se com uma “pálida e exangue objetividade da ciência” (p.15), tem-se demonstrado que “os muitos não-humanos mesclados à nossa vida coletiva (a dos praticantes dos *Estudos científicos*) graças à prática laboratorial têm história, flexibilidade, cultura, sangue” (p.15). E dirigindo-se, mais uma vez, àqueles que consideram que os *Estudos de Ciência* atacam a ciência, Latour responde dizendo que “ninguém amaria mais a ciência do que esta minúscula tribo científica (a dos praticantes dos *Estudos científicos*) que aprendeu a divulgar fatos, máquinas e teorias com todas as suas raízes, vasos sanguíneos, redes, rizomas e gavinhas” (p.15).

Enfim, como ele também registra, ninguém acreditaria mais na “objetividade da ciência do que aqueles que insistem na possibilidade de transformá-la em objeto de pesquisa (p. 15)”.

E então, por isso tudo, a “suspeita” contida na pergunta de seu colega psicólogo soou-lhe injusta, mesmo que ele indique, ainda no primeiro capítulo desse livro, que, em nossa história intelectual, muitas vezes, o temor relativo à perda de contato com o *mundo exterior*, bem como a preocupação a esse associada de que “a força dos governos de massa passe a prevalecer caso a razão não governe” (p. 25) tenham sido manifestados. Para discutir a natureza desses temores, Latour recorre a Descartes e Kant e faz incursões na fenomenologia e, posteriormente, no *Gorgias* de Platão.

Latour também destaca não ter sentido falar-se de epistemologia, ontologia, psicologia e política ou teologia de forma independente nos *Estudos de Ciência*, pois neles essas “categorias” integram um mesmo arranjo que pode até ser substituído por outros. Como ele destaca, foi o pensamento moderno que localizou a natureza *fora*, a mente *dentro*, a sociedade *abaixo* e Deus *acima* de todos, nesse arranjo. Como, segundo o autor, nunca faltaram aos *Estudos de Ciência* “realidade e moralidade” (p.35), lutas como as empreendidas pelos modernos a favor ou contra a *verdade absoluta*, a favor ou contra a admissão de múltiplos pontos de vista e, ainda, a favor ou contra a *construção social* jamais foram importantes para os *Estudos de Ciência*. Como Latour salienta, tais *Estudos* visam lidar com uma “política das coisas, não

com a disputa já superada para saber se as palavras se referem ou não ao mundo” (p. 36), tendo também eles lidado com modos de “liberar as ciências da política – a política da razão” (p. 36), o velho acordo processado entre epistemologia, moralidade, psicologia e teologia.

No extenso e interessante segundo capítulo desse livro, Latour trata do que ele considera ser “a única maneira de compreender a realidade dos *Estudos de Ciência*”. Para tanto, segue o que esses *estudos* “fazem de melhor” (p.39), ou seja, presta atenção aos detalhes da prática científica!

No caso examinado, ele “acompanha” pedólogos, antropólogos, botânicos, geomorfologistas, franceses e brasileiros, em uma expedição científica à floresta amazônica, dando prosseguimento à discussão relativa ao que refere ser o modo de “acondicionamento do mundo em palavras” (p.39). Seu posicionamento é que não há correspondência, nem tampouco lacunas entre natureza e linguagem; não sendo esses, também, dois domínios ontológicos distintos, mas um fenômeno inteiramente diverso que ele denomina *referência circulante*.

Já no capítulo seguinte (Capítulo 3), Latour discute situações referentes aos acordos firmados entre Frédéric Joliot (genro de Marie Curie e um dos cientistas franceses ganhadores do Prêmio Nobel) e a *Union Minière du Haut Katanga*, visando o aproveitamento do óxido de urânio resultante das ações extrativas praticadas por essa companhia, para esclarecer que os praticantes de *Estudos científicos* não buscam a explicação social dos fatos científicos. Ou seja, nesses *Estudos*, não se pretende estabelecer *a priori* a existência de alguma conexão entre ciência e sociedade, pois “a existência desta conexão depende daquilo que os atores fizeram ou deixaram de fazer para estabelecê-la” (p.104), mesmo que os *Estudos de Ciência* ofereçam os meios de traçar tal conexão caso ela exista.

Assim, ao invés de buscar cortar o nó górdio no qual se enovelaria de um lado a *ciência pura* e, de outro, a *política pura*, os praticantes desses *Estudos* atuariam de modo a “acompanhar os gestos daqueles que o apertam cada vez mais” (id,ib). E, para tanto, eles precisam deter-se nas operações de *translação* continuamente processadas, por exemplo, entre o político e o científico, o político e o tecnológico e vice-versa.

Como destaca Latour, uma boa parte dos *Estudos de Ciência* ocupa-se com a análise dessas *operações translativas*, que implicam *deslocamentos*, *invenções*, *mediações* e a criação de vínculos antes inexistentes, modificando nesses processos os “originais” nelas envolvidos. É, ainda, nesse sentido que, segundo ele, os *Estudos científicos* afastam-se do clássico debate entre *história internalista* e *externalista* da ciência.

Outro ponto associado a esse, e também discutido pelo autor, notadamente quando “visita” o laboratório de Louis Pasteur e examina seus escritos acerca da fermentação láctica (nos capítulos 4 e 5), bem como nos onze episódios em que trata da questão da *mediação técnica* (no capítulo 6), diz respeito ao modo como ele vê processar-se a inserção do não-humano no discurso humano. Latour detém-se

longamente no exame do que ele considera como diferentes etapas ontológicas através das quais uma entidade não humana (o fermento lático, em seu exemplo) precisou passar até configurar-se como uma substância plenamente aceita – “com nome e localização no mais venerável ramo da histórica natural, a taxonomia” (p. 141).

Ele buscou mostrar, especialmente nesses capítulos, como os *Estudos de Ciência* permitem que se amplie o exame das possibilidades ontológicas, ao lidarem com categorias que usualmente não cabem no par *sujeito-objeto*, e como esses *Estudos* atuam, também, na direção do rompimento da divisão estabelecida e sacramentada pelo acordo moderno entre epistemologia e ontologia. Nesse acordo, como o autor refere, os objetos alojavam-se na natureza e os sujeitos na sociedade. No acordo estabelecido nos *Estudos de Ciência*, os não-humanos entrelaçam-se aos humanos no já referido processo de *translação*, bem como nos movimentos de *articulação*, *delegação* e *deslocamento* que os alojam não na *sociedade*, palavra que Latour considera estar por demais contaminada pelo uso que dela já se fez, mas no *coletivo*, no qual se dá o intercâmbio de propriedades humanas e não humanas no seio de uma corporação. O “jogo” consiste, então, não em “estender a subjetividade às coisas, tratar os humanos como objetos, tomar máquinas como atores sociais e sim em evitar, a todo custo, o emprego da distinção sujeito-objeto ao discorrer sobre o entrelaçamento de humanos e não-humanos” (p. 222).

Como o autor assinala, foi isso que pretendeu dizer ao utilizar a expressão “ciência e tecnologia são aquilo que socializa não-humanos para que travem relações humanas” para substituir a expressão modernista “ciência e tecnologia permitem que a mente rompa com a sociedade para alcançar a natureza objetiva e impor ordem à matéria eficiente”(p.223).

Cabe referir, ainda, que ao longo dos capítulos 7 e 8 Latour avança na direção “de retornar à fonte do que considera ser a cenografia da Razão contra a Força” (p. 249), detendo-se no texto do diálogo *Gorgias* de Platão e discutindo, então, como “as ciências podem libertar-se do fardo que consiste em fazer um tipo de política capaz de abolir a política” (p. 296), bem como a possibilidade de libertar-se a política de um poder/saber<sup>2</sup> que torna a política inviável.

No capítulo 9, ele ocupa-se com “Deus”, nome que atribui a uma teoria da ação, do domínio e da criação que serviu de base ao já tantas vezes referido acordo moderno, retomando, mais uma vez, a discussão do caráter construído, agora, não apenas dos fatos, mas, também, dos fetiches, palavras que, como Latour ressalta, possuem uma mesma raiz. Latour nos conclama, nesse capítulo, a suspender a “faca afiada” e o “martelo pesado” dos iconoclastas modernos, posto que será essa a atitude que nos permitirá ver que “sempre temos estado envolvidos na cosmopolítica” (p. 332). Ou seja, “a grande vantagem de deixarmos que os fatos tornem a fundir-se em

---

<sup>2</sup>O tradutor utiliza a expressão poder/conhecimento. Parece-me que a tradução mais correta dessa expressão seria “saber/poder”, em função de sua vinculação a teorizações foucaultianas.

suas redes e controvérsias desordenadas e de que as crenças recuperem seu peso antológico é que a política se torna o que ela sempre foi antropologicamente falando: a gestão, a combinação e a mediação das combinações humanas e não-humanas” (p. 332). E assim, então, “o novo modelo que se oferece não busca acrescentar um suplemento de alma ou exigir que os cidadãos ajustem seus valores aos fatos ou que nos arrastem de volta a uma aglomeração tribal arcaica” (p. 332), mas é um modelo capaz de englobar “um número de ontologias práticas tão grande quanto o de *fatiches* existentes” (p. 332).

Para finalizar, cabe registrar que são retomadas, nesse livro, discussões conduzidas em textos anteriores do autor. Deve-se referir, especialmente, a possibilidade de fazer-se uma leitura mais extensa do que está apresentado no capítulo 9, no livro *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fê(i)tiches*, publicado pela EDUSC (Bauru, 2002).

Cabe, ainda, registrar que a inclusão de um *Glossário* na parte final desse livro certamente facilitará a sua leitura, notadamente para aqueles que fazem nesse texto a sua primeira incursão nos estudos de Bruno Latour, apesar dele seguramente ser, entre os estudiosos da ciência ligados aos *Science Studies*, o que tem maior número de textos traduzidos no Brasil.

